



## Jornal FNE Edição 34 – Mar/05

---

### Agenda obrigatória

Nesta edição, Engenheiro volta a tratar de algumas das principais questões para a categoria. A primeira delas novamente ganha a capa do jornal. Trata-se da batalha travada pela sociedade contra a elevação dos tributos pagos pelos prestadores de serviços, incluída na Medida Provisória 232. A voracidade fiscal do Governo, nesse caso, atinge diretamente os profissionais que atuam como pessoa jurídica.

Outro tema crucial é a reforma sindical, entregue ao Congresso Nacional após longo suspense. Como se previa, a proposta é claramente danosa aos trabalhadores e pode eliminar direitos arduamente conquistados e consagrados na Constituição de 1988. A luta contra o desmonte agora terá de ser travada junto aos parlamentares.

Também em pauta duas novas legislações com graves conseqüências para o País: a Lei de Falências e a que regulamenta as parcerias público-privadas. No primeiro caso, aponta a auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli, beneficia-se o setor financeiro, que passa à frente do Estado como credor. No segundo, demonstra a economista Ceci Juruá, aprimorou-se consideravelmente o projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. No entanto, continua em perigo o patrimônio público.

Ainda, a calamitosa situação da ferrovia no Brasil e a sugestão dos técnicos para recuperá-la; as vexaminosas condições de trabalho e exploração no agronegócio canavieiro; e, mais uma vez, a constatação de que faltam investimentos em ciência e tecnologia. E, claro, o que acontece nos estados.

# CAPA

---

O primeiro grande ato público contra a Medida Provisória 232 aconteceu em São Paulo, no dia 15 de fevereiro, quando cerca de 2 mil pessoas, representando mais de mil entidades – entre elas a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) –, participaram da manifestação promovida pela Frente Brasileira contra a Medida Provisória 232. Na ocasião, foi lançado o manifesto dirigido ao Congresso Nacional e lido pela atriz Beatriz Segall. Também foi divulgada uma cartilha com análises econômica e jurídica dos efeitos negativos da MP. O material, elaborado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) e OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo), está disponível no site [www.mp232.com.br](http://www.mp232.com.br).

Editada em 30 de dezembro de 2004, a MP teria o objetivo de corrigir a tabela do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) em 10%. No entanto, sorrateiramente, o Governo incluiu nela aumento do IR para pessoas jurídicas, a vigorar a partir de 2006, e da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) das companhias prestadoras de serviços, já a partir deste ano. Nesse segundo caso – que atinge em cheio os engenheiros que têm empresas e optavam pela declaração de lucro presumido –, a alíquota sobe de 32% para 40%. Na opinião de Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da federação, com essa medida, o Governo decidiu compensar eventuais perdas com arrecadação do IR, onerando o setor que mais emprega no País e, mais uma vez, a classe média, no caso dos profissionais liberais. Segundo análise jurídica da OAB-SP, “no cômputo geral do aumento da CSLL e do IRPJ, a elevação de 25% equivalerá a um impacto na receita bruta das empresas de quase 3%.

## Palocci irredutível

No dia 22 de fevereiro, os integrantes da Frente participaram de reunião com os ministros Antônio Palocci (Fazenda) e Aldo Rebelo (Coordenação Política) e o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Embora tenha se declarado disposto a negociar, Palocci acabou sinalizando mudanças que não atendem à principal reivindicação em relação à MP, que é a não-elevação da tributação para prestadores de serviços. A boa vontade do ministro beneficiaria apenas detentores de investimentos no exterior e produtores rurais – esse último grupo também favorecido pela postergação de 30 dias nos efeitos da MP, determinada em 2 de março. Tal postura deve esquentar a briga, já que as entidades mantêm “a posição unificada de defender a rejeição da MP 232 em todos os pontos, exceto no que diz respeito à correção da tabela do IRPF”.

# OPINIÃO

---

Lei de Falências traz perda à sociedade

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Foi aprovada, no final do ano passado, a nova Lei de Falências, que acaba com a prioridade dos trabalhadores e do fisco no recebimento dos créditos devidos por empresas falidas. Os créditos dos trabalhadores ficarão limitados, ou seja, apenas terão prioridade até 150 salários mínimos, enquanto os bancos passam na frente do fisco na ordem de preferência, o que representa uma perda sem precedentes para a sociedade. Ora, os credores mais importantes, no caso de falência de uma empresa, são o seu corpo de funcionários e a coletividade, atendida na forma do recolhimento dos tributos, e não o setor financeiro, responsável pelos empréstimos ao setor privado.

Os defensores da nova lei argumentam que a prioridade aos créditos trabalhistas e tributários na ocasião da falência de empresas representa hoje um impedimento à concessão de empréstimos pelo setor financeiro. Segundo esses, as taxas de juros bancários embutem altos níveis de spread, necessário para cobrir os custos da inadimplência. Porém, as altas taxas de lucro dos bancos desmentem a idéia de que esses necessitam de mais privilégios para que possam aumentar a sua propensão a conceder financiamentos. Segundo a ABM Consulting, o lucro dos dez maiores bancos aumentou mais que 1.000% nos últimos dez anos, como mostrou o jornal Folha de S. Paulo, de 21/6/2004. Vários fatores contribuem para isso, sendo o mais importante deles o ganho fácil com os títulos da dívida pública. É inadmissível que a sociedade e em especial os trabalhadores tenham de pagar novamente a conta, em favor do setor que mais tem se beneficiado da atual política econômica.

Maria Lucia Fattorelli Carneiro é presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul

Invasão em Goiânia: fatos e responsabilidades

Luiz Borges Carneiro

No mês de fevereiro, Goiânia ocupou as manchetes em todo o País devido à desocupação do Parque Oeste Industrial. Além da demolição de todos os imóveis construídos no local, conforme determinava a ordem judicial, a ação policial provocou a morte de duas pessoas. O saldo foi, portanto, trágico e causou grandes danos emocionais a diversas famílias, além de prejuízos financeiros e um alto custo ao poder público. Não resta dúvida quanto à imperiosa necessidade de se apurar e punir os excessos cometidos.

Contudo, é também preciso que se entenda o que se passou até que se chegasse às chocantes cenas transmitidas em rede nacional. Os lotes em questão têm valor estimado de R\$ 38.000,00, o que demonstra não ser uma área ideal para desapropriação com finalidade de abrigar cidadãos sem-teto, tendo em vista ser demasiado oneroso para os cofres públicos. Se era conveniente aos que estavam ali instalados irregularmente, a situação gerou grande

insatisfação da população, que há tempos cobrava uma ação das autoridades. Pesquisas realizadas em Goiânia apontavam que 95% dos habitantes da cidade eram contra a invasão. O cumprimento da sentença da Justiça pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, após longa negociação, obteve aprovação, conforme mostram cartas aos jornais locais e entrevistas à imprensa.

O fato é que não houve, no período inicial do processo de invasão, demonstração de interesse das autoridades em dar uma solução para o caso. Na ocasião, deveria ter sido feita uma triagem, de acordo com critérios sociais, visando garantir moradia àqueles que realmente precisavam e coibindo a atuação dos aproveitadores interessados na especulação imobiliária. Lamentavelmente, iniciada em período eleitoral, a invasão avançou rapidamente sobre toda a área, com o apoio de políticos, não havendo reação que preservasse o direito à propriedade e o respeito às leis. E o oportunismo prosseguiu mesmo nos momentos de confronto, pois dois deputados estaduais foram filmados incitando os invasores a resistirem à força policial, atitude essa que também merece apuração e punição.

Desse cenário, resultou o lamentável desfecho a que todos assistimos. O que se espera agora é que as famílias sem-teto sejam enquadradas em algum programa social dos governos estadual, municipal e federal.

*Luiz Borges Carneiro é diretor de Relações Interinstitucionais da FNE*

# ENGENHARIA

---

Abandono, depredações, invasões e redução drástica dos quadros de pessoal competente, com perda não só de mão-de-obra, mas também de conhecimento. Essas foram algumas conseqüências da “reestruturação negativa” por que passou o setor ferroviário federal na década de 90. O quadro, descrito por Clarice Soraggi, diretora da FNE e vice-presidente da Faef (Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários), pode ainda piorar, caso o Governo Federal não dê um passo em direção à revitalização do segmento. Para especialistas, essa reformulação não pode acontecer sem que se dê solução para o dilema da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.). Incluída no PND (Programa Nacional de Desestatização) em 10 de março de 1992, teve arrendadas à iniciativa privada, a partir de 1996, seis de suas malhas – Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Sul, Nordeste e Estrada de Ferro Tereza Cristina. Em 1998, a rede incorporou a Paulista (ex-Fepasa), privatizada no ano seguinte. Soraggi lembra que, sem uma agência fiscalizadora – a qual foi criada somente em 2001 e mesmo assim sem estrutura adequada para atender a demanda em âmbito nacional –, a maioria dos investimentos que deveriam ser feitos no setor pelas concessionárias não o foram. O resultado foi a expressiva perda de patrimônio público, incluindo 4 mil quilômetros de linhas. Esse cenário nada alentador agravou-se, conforme a diretora da FNE, a partir de 1999, quando a RFFSA foi colocada em liquidação. Desde então, o processo vem sendo renovado de seis em seis meses e o Governo Federal tenta extinguir a empresa.

A perspectiva era de que, com a eleição do presidente Lula, a postura em relação ao tema fosse alterada – mas, até o momento, essa expectativa foi frustrada. A última tentativa de acabar com a rede, sem definições claras quanto ao que seria feito de seu patrimônio estimado em mais de R\$ 26 bilhões e pessoal – são cerca de 600 ferroviários na ativa –, foi no início deste ano. Somente não foi concretizada graças às mobilizações contrárias, capitaneadas por entidades do setor, as quais têm feito gestões e cobrado uma posição clara sobre a reestruturação das ferrovias.

## Autarquia

Quem tenta explicitar as pretensões do Governo para o segmento – mantidas a sete chaves por ele – é o deputado federal Jaime Martins, presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Transportes Ferroviários: “Até onde sei, seu plano primeiro é a extinção da RFFSA com a criação da Diretoria Ferroviária do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes).” Ele faz ressalvas quanto à medida: “Há estudos da Frente Parlamentar e Aenfer (Associação de Engenheiros Ferroviários), com o apoio de especialistas, que demonstram não ser essa a melhor solução para o País. O DNIT é um órgão voltado para as rodovias, não possuindo estrutura adequada para abrigar tema tão importante da agenda nacional.”

O caminho defendido pelas entidades e técnicos do setor foi apresentado ao Poder Executivo pelo deputado em janeiro último, sob a forma de um indicativo de projeto de lei. A sugestão é de criação de uma autarquia federal, batizada de Superintendência Nacional dos Transportes

Ferrovários. Conforme consta na justificativa, “para que o Governo Federal possa, de forma efetiva, avançar nas suas propostas com relação ao setor e tenha controle dos projetos e ações necessários ao resgate e desenvolvimento da ferrovia no Brasil, é imperativo dotar a União de um único órgão, enxuto e ágil”. A autarquia incorporaria mão-de-obra e patrimônio da RFFSA e empresas como Valec e Geipot – essa também em liquidação –, além da Coordenação Geral Ferroviária do DNIT, existente, mas praticamente inexpressiva.

A revitalização das ferrovias, na opinião do deputado, auxiliará no desenvolvimento nacional. Terá, assim, papel decisivo na logística de transportes e permitirá a redução do custo-Brasil. A diretora da FNE considera ideal ter um plano de interligação para o País e paulatinamente acertar problemas passados no segmento. Para Jaime Martins, as ações iniciais poderiam incluir a eliminação de gargalos, com a instituição de novos ramais, bem como contemplar iniciativas microrregionais, como os projetos dos trens turísticos, e a implantação de uma ferrovia moderna e de qualidade para atender os grandes aglomerados urbanos.

Ação para reativar o transporte de passageiros por esse meio no Estado de Minas Gerais está em tramitação. Ajuizada em 18 de novembro de 2004 pelo procurador da República, Fernando de Almeida Martins, pede que a Justiça obrigue a União a prestar diretamente esse serviço em todas as linhas ferroviárias utilizadas pela RFFSA ou que inicie licitação para tanto. Denuncia irregularidades em virtude do não-cumprimento dos contratos, entre as quais a falta de manutenção da malha ferroviária, culminando com o estado de abandono e até o desaparecimento de certos trechos. E reivindica que as concessionárias da região que operam o sistema de cargas elaborem, no prazo de 90 dias, inventário dos bens e do estado de conservação em que se encontram, bem como um plano de recuperação desses a ser apresentado à ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) e ao Ministério Público para aprovação, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. Depois disso, que sejam obrigadas a executá-lo.

# SINDICAL

---

Elaborado no FNT (Fórum Nacional do Trabalho), o projeto de lei que trata da reforma sindical foi entregue oficialmente ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, no dia 2 de março, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini. O texto que chega ao Congresso – juntamente com a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que altera os artigos 8º, 11 e 37 da Carta Magna e abre caminho às mudanças pretendidas na legislação sindical brasileira –, diferentemente do que declara o Governo, não é fruto do consenso entre seus representantes, trabalhadores e empresários. Há divergências claras, por exemplo, quanto ao fim da unicidade e do imposto sindical, o que, para muitos, enfraqueceria a representação dos trabalhadores.

Encontra grande oposição também a alteração na estrutura das entidades, que passariam a ser por ramo de atividade e não mais por categoria. A nova formatação tornaria mais vulneráveis os trabalhadores hoje representados por sindicatos de profissionais liberais, como os engenheiros, que têm demandas específicas. Um exemplo é a reciclagem tecnológica, ponto fundamental para a categoria e integrante de seus acordos coletivos. Além disso, os engenheiros não se limitam a apenas um setor econômico, mas permeiam diversos deles – como civil, alimentação, mecânica, agronomia, aeronáutica. Desse modo, não poderiam ser enquadrados em um único ramo. Durante o processo, a FNE e seus sindicatos coligados levaram essas preocupações ao secretário Nacional de Relações do Trabalho, Osvaldo Bargas, que concordou em instituir a Câmara Setorial de Profissionais Liberais para que a situação dessas categorias pudesse ser tratada separadamente. Contudo, após sua implantação, nada mais aconteceu.

Embora vislumbre alguns avanços na reforma, como a organização por local de trabalho, o presidente da Anamatra (Associação Nacional de Magistrados do Trabalho), Grijalbo Coutinho, não vê com bons olhos outros aspectos. Entre eles, o fato de o projeto de reforma estabelecer que, durante a greve, haja um mínimo de funcionamento na empresa para não haver prejuízos, independentemente de ser um setor essencial. Seu receio é que, se não houver acordo quanto a isso, tal determinação abra precedente à contratação de trabalhadores temporários nos dias de paralisação. “No meu entender, será uma afronta ao direito de greve”, afirma.

## De mal a pior

Não bastasse a manutenção desses pontos que são objeto de críticas, a proposta final sofreu modificações que, na opinião de Antônio Augusto de Queiroz, jornalista e diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), “caracterizam retrocesso”. E, na visão do presidente da Anamatra, sequer foram discutidas questões cruciais ao fortalecimento do movimento sindical, como a garantia de emprego contra a dispensa arbitrária.

Um dos passos para trás derruba a norma vigente de que enquanto não houver novo acordo coletivo de trabalho continua em vigor o anterior. “Agora, depende da negociação”, explica

Queiroz. Ainda no campo das “más novas”, ele cita o fato de a proposta impedir aposentados de fazer parte da diretoria de sindicatos de trabalhadores. Ponto negativo também é quanto aos empregados, em caso de conflito, só poderem ingressar com ação judicial em comum acordo com seus patrões – o que, aliás, já está contemplado na reforma do Judiciário e é objeto de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ajuizada em 20 de janeiro pela CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais), com pedido de liminar.

Além dessas, mudança para pior é que foi retirada, segundo Queiroz, no texto final do projeto a definição de que se houvesse conflito entre acordo, convenção e contrato coletivo ou lei, prevaleceria o que fosse mais vantajoso para o trabalhador. Coutinho destaca que “o princípio da norma mais benéfica ao empregado evitaria o retorno da tese do Governo FHC de prevalência do negociado sobre o legislado”.

Se aprovada da forma como está, a reforma sindical abrirá caminho à flexibilização de direitos na trabalhista, que começa a ser discutida no FNT. Como aponta o presidente da Anamatra, essa última deve ser feita para melhorar a situação dos trabalhadores brasileiros, cuja remuneração é das mais baixas do mundo. “É preciso desmistificar a lenda de que o custo da mão-de-obra no Brasil é elevado e de que reduzir direitos gera empregos.” Para criar postos de trabalho, na sua concepção, tal reforma precisa, na realidade, contemplar bandeiras históricas do movimento sindical, como a redução da jornada e proibição de horas extras. E o debate não pode ser dissociado de um mais amplo. “O Brasil tem que rediscutir a forma de pagamento de suas dívidas e usar esse dinheiro para gerar políticas de desenvolvimento econômico focadas na geração de empregos”, considera. Além disso, micro e pequenas empresas têm que ter tratamento fiscal diferenciado, “mas não o Simples trabalhista, possibilidade ventilada pelo Governo para diminuir direitos dos empregados”. Na reforma visualizada por Coutinho, também deve haver regras claras para coibir a terceirização.

A eleição de Severino Cavalcanti a chefe do Poder Legislativo aparentemente dificultaria o encaminhamento de uma reforma trabalhista com essas características. Na visão de Queiroz, já uma que flexibilizasse direitos teria sua tramitação facilitada – nesse cenário, se a reforma sindical vier associada a isso, terá seu andamento simplificado. Conforme o diretor do Diap, portanto, o caminho para impedir a aprovação da proposta com esse modelo é a mobilização das entidades.

O que acontece nos estados

CE

Engenharia em áreas de risco

As soluções a esses locais na cidade de Fortaleza foram debatidas em 26 de janeiro, no Crea-CE, com o objetivo de conscientizar a população sobre o papel da engenharia no seu dia-a-dia. Ocupadas de forma desordenada, essas áreas – 94 no total – carecem de infra-estrutura urbana e social e abrigam 20.580 famílias, sujeitas a deslizamentos, inundações, desmoronamentos e alagamentos. “A situação é preocupante, porque o período de chuvas se



aproxima e esses locais ficarão cada vez mais críticos”, alerta Francisco Régis Carneiro de Andrade, presidente do Senge Ceará.

Será criada uma comissão para acompanhar o estudo técnico de cada área de risco. O trabalho envolverá visitas, levantamentos topográficos, hidráulicos, hidrológicos e de solo, identificação e análise dos problemas encontrados e solução técnica acompanhada de projeto executivo, orçamento e cronograma físico-financeiro. A iniciativa é resultado da parceria entre o Senge, Crea e a empresa Maccaferri, com a participação da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, representantes da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Governo do Estado do Ceará, lideranças comunitárias e organizações não-governamentais.

SC

Projeto BR-101 reúne lideranças do Sul

No dia 15 de fevereiro, o projeto “BR-101 Sul, a rodovia da vida” foi apresentado na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Florianópolis. A iniciativa prevê medidas adicionais à duplicação em andamento, de modo a evitar os numerosos acidentes que lhe deram o título de “rodovia da morte”. Além disso, é um esforço para que a obra não seja paralisada.

Elaborado por várias entidades, o projeto está sob a coordenação do geólogo Dauzelei Benetton, membro da Associação dos Amigos de Criciúma. Segundo Carlos Abraham, presidente do Senge Santa Catarina e diretor da FNE, a participação do sindicato catarinense nessa empreitada, que envolve engenheiros e beneficia a sociedade, é fundamental. Ele informa que a expectativa é conseguir apoio de outros estados, em especial do Paraná e Rio Grande do Sul, para garantir a captação dos recursos necessários. De acordo com Abraham, espera-se agora que o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, manifeste-se positivamente sobre o projeto. Com esse objetivo, aguarda-se para este mês audiência com a autoridade do Governo Federal.

PA

Modelo da Aneel gera demissões na Celpa

A companhia demitiu nos últimos dois meses 83 empregados, entre eles sete engenheiros, alegando precisar adequar-se aos parâmetros do modelo importado do Uruguai, de uma “empresa de referência”, imposto pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Segundo esse padrão, a Celpa teria 750 funcionários além do necessário. No entanto, a empresa declarou, em audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Pará em 2003, que o quadro já estava no limite, após as demissões em massa e a privatização. O presidente do Senge Pará, José Manuel Menezes Vieira, lista as indagações geradas pela situação: “Continua a síndrome de que só é bom o que vem de fora, por isso é preciso copiar modelos de países com realidades diversas da nossa? Será que a Celpa está se ajustando à revisão tarifária de 2008? A atual remuneração dos serviços dessa companhia permitiu a ela enviar a outras

empresas do grupo, desde sua venda em 1998, mais de R\$ 500 milhões, mesmo com o quadro de colaboradores divergindo dos números do modelo de referência. Será que as demissões visam aumentar ainda mais os lucros dos controladores da Celpa, em detrimento da qualidade dos serviços prestados?” Ele lembra também que “o Governo Federal, por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), detém 34% das ações da Celpa e tem o dever de zelar pelo patrimônio público”.

AL

Ufal é referência nacional na Engenharia Civil

A revista Guia dos Estudantes – Melhores Universidades indicou, em dezembro último, o curso de Engenharia Civil da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) como referência em ensino no País. É o único com quatro estrelas da instituição e divide a posição em todo o Norte e Nordeste com o da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Significa que se classifica, por exemplo, no mesmo nível do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), da USP (Universidade de São Paulo), do IME (Instituto Militar de Engenharia), das Federais Fluminenses, de Ouro Preto e de Santa Catarina. Mais de 50% dos professores da escola têm doutorado. Além disso, há investimento em programas de pesquisa, treinamento e de capacitação de docentes.

SP

Luta contra privatização

O Seesp participou, no dia 2 de março, da manifestação realizada na Assembléia Legislativa de São Paulo contra o risco de privatização da Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) previsto no Projeto de Lei nº 2/2005, de autoria do governador Geraldo Alckmin. Encaminhado para apreciação em regime de urgência no dia 1º de fevereiro, ele altera a Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996, que criou o Programa Estadual de Desestatização e dispôs sobre a reestruturação do setor energético, deixando as transmissoras de fora desse processo. Sua aprovação representará, afirmam os técnicos da área, novo desmonte do patrimônio público, além de colocar em risco serviço essencial ao Estado.

# ECONOMIA

---

No encerrar do ano de 2004, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (CCJ/Senado) aprovou um novo substitutivo para a lei das PPPs (parcerias público-privadas). Depois da promulgação pelo Congresso Nacional e da sanção do Presidente da República (com dois vetos), esse substitutivo tornou-se a Lei 11.079, que institui as normas para o sistema de parcerias público-privadas no Brasil. O decreto de regulamentação ainda não foi publicado.

De acordo com a Lei 11.079, as parcerias ficam limitadas a duas novas modalidades de concessão: patrocinada e administrativa. A concessão de serviços ou obras públicas será patrocinada quando o produto da atividade desenvolvida envolver dois tipos de pagamento: tarifas (cobradas do usuário dos serviços ou da obra) e subsídio do orçamento público. Concessões administrativas são aquelas em que o poder público é o único usuário (direto ou indireto) que responderá totalmente pelo consumo e respectivo pagamento do bem produzido.

Estão excluídas do sistema de PPP obras e serviços de valor inferior a R\$ 20 milhões e contratos com prazo inferior a cinco anos. Permanecem indelegáveis as funções de regulação, jurisdicionais e de poder de polícia, mas também as atividades exclusivas do Estado, o que resguarda o conjunto pertinente ao campo da Defesa Nacional, da arrecadação de tributos e de representação internacional.

Os pagamentos devidos pelo poder público poderão estar garantidos por receitas vinculadas, fundos especiais e por seguro-garantia, mas também por um FGP (Fundo Garantidor de Parcerias) e por recursos de organismos internacionais e de instituições financeiras não-controladas pelo poder público. A participação de órgãos públicos no FGP está limitada a R\$ 6 bilhões e a integralização das cotas poderá ser feita em dinheiro, em títulos da dívida pública ou de propriedade de bens móveis e imóveis (apenas os dominicais). No caso da integralização por ações de sociedade de economia mista federal, a lei determina que não podem ser repassadas ao FGP as ações necessárias à manutenção do controle estatal sobre a empresa em questão.

As SPEs (Sociedades de Propósito Específico) constituídas na qualidade de parceiro privado deverão captar um volume mínimo de 30% dos recursos necessários ao projeto desenvolvido em parceria, o restante podendo ser obtido junto a empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) for inferior à média nacional, até 90% do financiamento da SPE poderá ser obtido junto a entidades fechadas de previdência complementar e por empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

Segundo a Lei 11.079, os gastos públicos com parceria não constituem dívida pública. São considerados despesas de caráter continuado e terão o limite de 1% da receita corrente líquida do exercício (receita orçamentária corrente menos as transferências obrigatórias a ente da

Federação e as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, entre outras).

O mal menor

Os traços gerais da nova lei, que resumimos acima, indicam que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, responsável pelo relatório final do projeto de lei, fez um bom trabalho nos limites políticos delimitados pelo Governo e pelo capital internacional. Além de deixar de fora as atividades exclusivas de Estado e de limitar os gastos com PPPs e os recursos do FGP, conforme já vimos, introduziu a obrigatoriedade de a arbitragem, quando utilizada, ser feita em língua portuguesa e em território brasileiro, ratificou a competência do Tribunal de Contas na fiscalização dos recursos públicos empregados em projetos de PPP e ainda restringiu os poderes do OGP (Órgão Gestor das Parcerias). Uma outra alteração feita, de caráter substancial, consistiu na subordinação dos poderes decorrentes de cláusulas contratuais às leis brasileiras em vigor, especialmente às de licitações e de concessões e permissões de serviços públicos. De caráter também substancial, o último artigo da Lei 11.079 subordina os agentes das parcerias às penalidades previstas no Código Penal brasileiro e às outras normas legais que visam coibir o abuso na utilização de recursos públicos.

Batalha continua

Assim, embora o movimento social não tenha realizado seu objetivo maior de impedir a promulgação dessa lei, que é uma porta aberta à privatização total das funções econômicas e sociais do Estado e à concessão de subsídios ao lucro privado, a análise das mudanças introduzidas pela CCJ/Senado permite considerar que houve uma vitória parcial da mobilização que fizemos nos últimos meses do debate em torno do projeto de lei das PPPs. Uma vitória que contou com o apoio decisivo de um número significativo de senadores da República, entre os quais destacamos Pedro Simon (que condenou publicamente o projeto de lei em entrevista à revista Caros Amigos) e Rodolpho Tourinho, relator do substitutivo final.

Nossa mobilização deve continuar, temos que permanecer atentos à regulamentação que está em vias de conclusão e ser participantes ativos do debate a ser feito em torno dos contratos. Essa lei não é apenas uma lei de reforma do Estado (o que já seria grave), pode ser também uma lei de desnacionalização do patrimônio público. Particularmente inquietante, julgamos, é a aceitação de garantia com recursos de organismos internacionais e de instituições financeiras privadas (artigo 8º), cláusula que sinaliza a utilização de dívida externa na constituição das garantias possíveis de serem ofertadas a gastos governamentais no Brasil. Essa foi uma prática corrente na segunda metade do século XIX e uma porta entreaberta, naquela ocasião, ao controle das finanças públicas pelos banqueiros ingleses. Em períodos de neocolonialismo, todo cuidado será pouco!

*Ceci Vieira Juruá é membro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro*

# ENTREVISTA

---

Empregados que podem ser considerados escravos, submetidos a jornadas excessivas e esforços sobre-humanos, enganados pelas usinas e destinados a ter sua vida produtiva encerrada aos 35 ou 40 anos devido a doenças crônicas. Essa é a realidade daqueles que vivem do corte de cana nas grandes usinas em todo o País. Estudioso do assunto, o professor José Roberto Novaes, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), falou ao Engenheiro sobre as arcaicas relações de trabalho no moderno setor agrícola brasileiro.

Como é a situação do trabalhador do agronegócio canavieiro no Brasil?

Esse setor emprega uma grande quantidade de trabalhadores migrantes, que estão distantes de casa e são os preferidos do empregador. Quando chegam a São Paulo, muitas vezes, vão diretamente para alojamentos das usinas, não têm contatos na cidade, nem informação, pegam os piores trabalhos. Em geral, a usina o recruta onde ele vive e paga um adiantamento para que a família sobreviva na sua ausência e o transporta para o local do corte da cana. Assim, ele já começa endividado. E, por conta disso, muitas vezes, mesmo tendo a carteira assinada, ele se torna um trabalhador cativo, porque não pode partir devido a essas pendências. Isso já permite caracterizar, no plano jurídico, o trabalho escravo ou situação análoga.

De onde vêm e para onde vão esses migrantes?

São diferenciados. Por exemplo, os usineiros do Nordeste privilegiam os trabalhadores que moram no sertão. Como a cana se expandiu muito em São Paulo, mesmo a mão-de-obra já estabelecida na região é insuficiente, então atrai gente do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. De lá, vai gente principalmente para Ribeirão Preto e Piracicaba, assim como Rio de Janeiro e Campos. Também vão para São Paulo, Mato Grosso e Goiás trabalhadores do Piauí e do Maranhão, os dois estados com maior incidência de exportação de uma mercadoria chamada força de trabalho.

O que acontece quando se encerra a safra?

Para cortar cana no Sudeste, os homens a partir de 18 anos deixam a família lá, entre maio e novembro, período da safra. Depois, começa a estação chuvosa no Nordeste, a época do plantio. Então, eles voltam para se integrar à família como pequenos agricultores e tirar da terra o seu sustento. Esse ciclo tradicional atualmente está sendo rompido devido à expansão da soja e da pecuária no cerrado. Isso está valorizando muito a terra e tornando difícil a sua permanência. Então, começam a deixar o campo e morar na cidade. Muitos ainda vivem na lavoura de subsistência arrendada. Outros simplesmente vivem de filantropia.

Esse padrão de exploração do trabalho é a regra no setor canavieiro?

Sim, o agronegócio que está sustentando a economia, exportando para o mundo todo, usando um alto padrão tecnológico, mantém relações de trabalho tão arcaicas quanto essas. E isso é geral. A superexploração não é um desvio, mas um elemento central do agronegócio. Os usineiros são articulados nacionalmente.

Quanto produzem esses trabalhadores?

Eles são obrigados a uma produtividade que chega a dez toneladas de cana cortadas por dia. Há 15 anos, a norma era cinco. Assim, o cara saía cortando e se não desse conta trazia o filho e a mulher para ajudar. Hoje, isso é proibido, tem que fazer sozinho e o dobro. Como consequência, a partir dos 28, 29 anos, começa a perder a saúde. O ritmo intenso causa principalmente problemas na coluna e tendinite. No departamento médico da usina, não se estabelece a relação entre as dores e o esforço físico. Receita-se um analgésico e a volta ao trabalho. Aos 35 anos, explorados desde os 18, esses trabalhadores estão exauridos, acumularam problemas crônicos de saúde e o usineiro não tem a mínima responsabilidade por essa doença. O custo social dessa situação é muito alto.

Qual o salário por tanto sofrimento?

O trabalhador corta cana e a deixa enfileirada. No final do dia, vem o fiscal da usina para medir a produção. Para determinar o preço, pesa-se uma amostra na usina e, com base nisso, calcula-se o peso total e o valor a ser pago. Hoje, em Ribeirão Preto e Rio de Janeiro, o salário médio varia de R\$ 450,00 a R\$ 600,00. Um bom trabalhador, que tira 15 toneladas de cana, chega a R\$ 1.000,00. Mas dificilmente consegue manter essa produção a safra toda.

O trabalhador tem controle sobre sua própria produção?

Não, porque não pode verificar a medição do fiscal, mas percebe que está sendo roubado. Há roubo não só na medição linear da cana de cada trabalhador, mas também na balança da usina. Um estudo da Universidade Federal da Paraíba demonstrou que cada trabalhador está perdendo em torno de 25% da produção. Os usineiros não permitem nenhuma fiscalização alegando problemas técnicos. Em uma cidade chamada Cosmópolis, perto de Campinas, em que o sindicato colocou uma balança na usina para controlar o peso, o salário médio passou de R\$ 500,00 para R\$ 800,00. Claro que não são todas as usinas que fazem isso, mas uma grande quantidade utiliza esses mecanismos.

Como se reverte esse quadro?

O enfrentamento disso não pode se dar de forma isolada. É preciso a formação de uma rede em que se articulem a universidade, que hoje tem um diagnóstico preciso do quadro,

movimentos sociais e Estado, por meio do Ministério do Trabalho e Ministério Público. O esforço deve ser para transformar a sociedade, gerar dignidade no trabalho, apresentar o produto brasileiro no mercado externo com cara limpa. Temos que mudar nossos valores. É preciso que haja indignação e que essa gere ações políticas. O caminho é por aí.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) acaba de lançar mais um volume do estudo “Investimentos em Educação, Ciência e Tecnologia”. “O que pensam os jornalistas” é o tema da nova publicação. A série já ouviu economistas, empresários e ainda pretende fazer uma rodada com os 27 governadores brasileiros.

As edições vêm sendo organizadas por Jorge Werthein e Célio da Cunha, representantes do órgão no Brasil. O trabalho é inspirado na “Declaração do Milênio” da ONU, um documento que “indica as metas que se tornaram essenciais e inadiáveis para a dignificação da vida no século XXI, e que devem presidir as decisões políticas e econômicas, sobretudo aquelas que podem ter conseqüências em escala mundial”, conforme o texto de introdução do livro. Werthein e Cunha lembram que a declaração marca o compromisso das nações em “erradicar a pobreza e a fome extrema; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de gêneros; reduzir a mortalidade infantil; combater o HIV/Aids e garantir a sustentabilidade ambiental”. Entre esses tópicos, a educação é vista “como fundamental para que qualquer país possa atingir um nível de desenvolvimento aceitável”.

Segundo Werthein, um obstáculo a tais objetivos no Brasil é o fato de a área “ser tratada como política de Governo, não de Estado”, o que não lhe confere a relevância devida. A tese do autor vem sendo confirmada pelos diversos atores sociais ouvidos na pesquisa, inclusive os profissionais de comunicação. “Há unanimidade de opiniões: a grande política de Estado brasileira é a luta pela estabilidade econômica. Todos os participantes do trabalho entendem que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são insuficientes para propiciar o grande salto qualitativo da sociedade brasileira”, revela.

A série pode ser consultada pela internet no site <http://www.e-livro.com/index.asp>.

Com a palavra, os escribas

Veja a seguir trechos de alguns dos jornalistas que participam da mais recente publicação da Unesco sobre investimentos em educação, ciência e tecnologia.

“Até o início dos anos 80, parecia ser muito difícil romper essa corrente de pai analfabeto, filho também analfabeto. Mas, aos poucos, mesmo sem conhecer pesquisas científicas ou estudos mais aprofundados, a população, em muitos casos por pura intuição, percebeu que quem tem estudo, quem tem conhecimento, tem mais chances de ter um emprego melhor, salário mais alto. Enfim, vida mais digna. E o mais importante: cidadania.”

*Cristina Lôbo, comentarista de Política da Globonews*

“No DNA da desigualdade – seja ela racial, regional ou de gênero –, o cromossomo da educação é peça-chave para entender como ela funciona. É impossível quebrar esse círculo



vicioso sem um investimento no ensino público que dê, no mínimo, condições parecidas de disputa por vagas no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior.”

*Antônio Gois, especialista em Educação do jornal Folha de São Paulo*

“Não há eleição no Brasil sem que todos os partidos falem da importância da educação, apontem-na como prioritária (não raro como primeira prioridade). Se fosse possível levar a sério o discurso eleitoral, todos os problemas educacionais do País já estariam resolvidos, certo? Completamente errado, conforme mostram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. De 1995 a 2003, ‘os investimentos do Ministério da Educação diminuíram 57,8%, passando de R\$ 1,874 bilhão para R\$ 790 milhões. É bom lembrar que esse período cobre toda a chamada era FHC, que usara como símbolo, na campanha eleitoral de 1994, uma mão espalmada, em que cada dedo representava uma prioridade. Educação era um dos dedos. Foi cruelmente decepado, como se vê pelos dados divulgados pelo Ipea’.”

*Clóvis Rossi, colunista e membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo*

“Se os graves problemas educacionais persistem, do analfabetismo à universidade, no País que construiu Brasília no tempo e nas condições em que o fez, a conclusão é tão óbvia que ninguém quer vê-la: a classe dominante brasileira jamais desejou, realmente, resolver o problema educacional do Brasil.”

*Janio de Freitas, colunista da Folha de São Paulo*

“Há poucas dúvidas sobre a importância da educação, da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social das nações... No Brasil, já se podem observar os efeitos da frustração do enorme número de homens e mulheres que conseguiram um diploma de nível superior, mas não obtiveram com ele colocação no mercado de trabalho condizente. Nada seria mais perigoso para o futuro da humanidade se a crença generalizada na capacidade do conhecimento gerar riqueza para indivíduos e coletividade se desvanecesse.”

*Carlos Eduardo Lins e Silva, diretor da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas*